

PERSPECTIVAS

Artigo convidado

Versão original

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020180507>

DESIGUALDADE SOCIAL, RESPONSABILIDADE E RESPONSABILIDADE DA PESQUISA

INTRODUÇÃO

A desigualdade figura entre os problemas clássicos das ciências sociais. É recorrentemente associada ao fenômeno da estratificação social por manifestar-se como arranjo hierárquico e desigual de posições, baseado em aspectos socialmente definidos como poder, propriedade ou prestígio (Eisenstadt, 1995), ou como “estrutura de desigualdades regularizadas” (Almeida, 1984, p. 175). Apesar de predominarem as preocupações sobre o fundamento econômico da desigualdade (de renda ou classe), o interesse recente sobre o tema é adensado por meio da intersecção com outras dimensões como gênero, raça ou etnia (Dood, Lamont, & Savage, 2017).

Ao olhar para a realidade brasileira, pesquisas recentes apontam o cenário nacional como um dos mais desiguais do mundo. Estudos sustentam a resiliência histórica do fenômeno (Medeiros, Souza, & Castro, 2015), a ausência de oscilações significativas da concentração de renda na faixa mais rica da população (Souza, 2016) e seu crescimento em tempos mais recentes (Morgan, 2017), ainda que dados oficiais apontem redução da concentração de renda nos últimos anos (IBGE, 2018). Relatório de 2017 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta, no que toca à possibilidade de redução da desigualdade, cenário de incerteza até 2035, em grande medida justificado pelo desequilíbrio fiscal e pela crise política recente (Guellati, Monteiro, & Oliveira Junior, 2017).

O fato é que a desigualdade social é um dos mais relevantes problemas da sociedade brasileira. Apresenta-se como reflexo do arranjo institucional da sociedade e, uma vez naturalizada e reproduzida, reverbera sobre o encolhimento da solidariedade social e da convivência democrática (Queiroz, 2018; Reis, 2000; Souza, 2004, 2015; Souza, 2016).

Nesse escopo, o presente ensaio trata da desigualdade social a partir da atenção a aspectos selecionados no âmbito organizacional e institucional do campo científico da pesquisa em Administração. Começamos com breve consideração sobre duas formas de lidar com a relação entre desigualdade social e a pesquisa em Administração: a negação e o enfrentamento. Admitindo que a segunda é melhor do que a primeira, aproximamos a discussão com a preocupação acerca do impacto societal da pesquisa a partir de duas demarcações de ciência: a responsável e a responsiva. A primeira faz referência ao engajamento social da pesquisa, ou seja, aos vínculos de compromisso com problemas ou causas sociais manifestados nas práticas de inserção social de programas

EDSON RONALDO GUARIDO FILHO^{1,2}
edson.guarido@gmail.com
ORCID: 0000-0001-7905-1596

¹Universidade Positivo, Programa de Mestrado e Doutorado em Administração, Curitiba, PR, Brasil

²Universidade Federal do Paraná, Programa de Mestrado e Doutorado em Gestão da Informação, Curitiba, PR, Brasil

de pós-graduação e em suas delimitações de preferência por determinados fenômenos de pesquisa. A segunda destaca a integridade institucional, localizando o debate na estrutura de regras e no compromisso moral da comunidade acadêmica.

Em conclusão, defendemos que o engajamento responsável legítima, mas a responsividade transforma. O argumento é que a aproximação da pesquisa com problemas sociais, em especial daqueles mais pervasivos e perniciosos como é a desigualdade social, exige a cumplicidade de mecanismos (vide Amis, Munir, Lawrence, Hirsch, & McGahan, 2018) no nível organizacional e institucional do campo científico da Administração, o que implica considerar a articulação entre intenções de pesquisa e espaços de intervenção sobre a realidade social, por um lado, e indução formal e compromisso moral na infusão de valores que aproximam a prática científica da transformação da sociedade, por outro.

DESIGUALDADE SOCIAL E A PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

O tratamento da relação entre a desigualdade social e o campo de pesquisa em Administração pode ocorrer a partir de diferentes posicionamentos, aqui dispostos em oposição a despeito da possibilidade de manifestações moderadas. Referimo-nos à negação e ao enfrentamento.

A negação científica abarca comportamentos que envolvem tanto a rejeição de dados ou evidências, quanto a refutação de estratégias de pesquisa ou desacolhimento de escopo de práticas científicas quanto a suas capacidades de resolução de problemas (Specter, 2009). Supõe a substituição do ceticismo científico pela defesa ideológica, a supressão de evidências por retórica falaciosa (Hansson, 2017; Specter, 2009) ou por proselitismo político travestido de cientificidade.

Sobre o posicionamento de negação, adota-se a premissa de que a pesquisa em Administração não deveria abraçar a desigualdade social sob sua alçada. Por considerá-la fenômeno de difícil apreensão ou por sua inerente complexidade, a negação expressa posicionamento cético e de não-aprovação de iniciativas que, em contrário, seriam consideradas ingênuas, imprudentes, indevidas ou irrelevantes. Três seriam os tipos de negação:

- De objeto: a desigualdade não seria alvo dos estudos da área, que deveria centrar seus esforços e recursos na compreensão das organizações – sua natureza, estrutura, seus processos e resultados. A organização seria o ente a ser explicado;

- De mecanismos: a desigualdade não poderia ser explicada a partir da análise de práticas de gestão ou da atividade organizacional, já que, em última instância, é problema de natureza distinta que deveria ser relegado a economistas, sociológicos ou pesquisadores de áreas diversas do conhecimento (Amis et al., 2018).
- De constituintes: em razão dos anteriores, a desigualdade não estaria no âmbito da atenção dos principais constituintes do apoio e da aprovação das atividades organizacionais, restritos, por exemplo, a investidores, parceiros ou colaboradores, mas, raramente, à sociedade de modo amplo.

A negação, entretanto, concorre com o posicionamento do enfrentamento. Este segundo olhar orienta-se pela compreensão de como organizações estão inerentemente associadas à reprodução (ou solução) de desigualdades sociais, seja por serem espaços que produzem a desigualdade em sua própria estrutura e seus processos internos, seja por adotarem práticas de gestão que fazem eco aos problemas sociais existentes (Amis et al. 2018; Marens, 2018). Além disso, entende-se que a desigualdade social exige tratamento interdisciplinar e, por isso, justifica o interesse de diferentes *stakeholders*, incluindo fundos públicos de pesquisa, governo e segmentos da sociedade civil. Edições especiais recentes dos periódicos *Organization Studies* (vol. 39, n. 9, 2018) e *Business & Society* (vol. 57, n. 6, 2018) focaram a questão a partir dessa perspectiva.

Na postura do enfrentamento, considera-se a centralidade do problema, a potencial influência das organizações como *explanans* da desigualdade e a agência organizacional como mecanismo relevante para a mitigação ou reprodução de problemas sociais. O interesse de pesquisa, por sua vez, justifica-se não apenas como resposta instrumental às pressões sociais, mas como adesão ao movimento de revisão de princípios éticos subjacentes ao campo científico (Tsui, 2016), que inclui a sociedade como beneficiária.

O posicionamento de enfrentamento, em simples palavras, significa admitir que “sim, temos alguma coisa a ver com tudo isso”, que é necessário encarar o problema e que algo pode ser feito a respeito. Nos termos deste ensaio, significa abrir margem para pensar sobre as práticas de investigação, as diretrizes de atuação dos programas de pós-graduação, agências de fomento e de avaliação e a base valorativa da comunidade científica do campo da Administração.

O IMPACTO COMO PERSPECTIVA

A postura de enfrentamento aqui mencionada desdobra-se em dois caminhos: o da ciência (ou pesquisa) responsável e o da ciência (ou pesquisa) responsiva. Tomamos como base e fio condutor a noção de impacto da pesquisa e, a partir desse ponto, será tratada cada uma delas.

Há várias concepções e dificuldades inerentes à apreensão do impacto, conforme já discutido na seção Perspectivas da RAE (Alperstedt & Andion, 2017; Lazzarini, 2017; Oliveira Junior, 2018) e em outros veículos (Allen, 2018; Bornmann, 2012; Brewer, 2011; Crotty, 2018; Dantas, 2004). Na perspectiva aqui adotada, impacto refere-se ao conjunto multidimensional de efeitos provocados pelo campo científico (termo “campo científico” aqui é tratado como arena social, na qual se constituem os interesses, as relações e instituições norteadoras das práticas de produção e disseminação do conhecimento científico) nas várias esferas da sociedade, inclusive a academia.

Dessa forma, o impacto está associado, em grande medida, aos retornos societais da pesquisa no sentido de expressar efeitos econômicos, culturais, sociais ou ambientais, gerados por entidades de ensino e pesquisa, em diferentes esferas da sociedade, além da própria comunidade acadêmica (Donovan, 2011; Grant, Brutscher, Kirk, Butler, & Wooding, 2010). Também se vincula a uma espécie de mudança paradigmática, por meio da qual há crescente valorização do conhecimento orientado para diferentes públicos e necessidades da sociedade, em associação ao conhecimento produzido para consumo da própria comunidade científica (Hill, 2016). Envolve ainda a suposição de que ciência e sociedade manteriam um contrato social, no qual problemas sociais prementes devem estar no foco da geração de conhecimento científico (Nightingale & Scott, 2007).

Do exposto, na sequência, trataremos brevemente da associação entre impacto e engajamento social da pesquisa, remetendo à noção de ciência responsável e sua manifestação nas atividades de inserção social de programas de pós-graduação e na preferência por determinados fenômenos de pesquisa.

Responsabilidade científica e a desigualdade como objeto

A pesquisa (ou ciência) responsável é orientada por valores epistêmicos e sociais que prezam não apenas pelo rigor, mas também pelo conhecimento relevante e útil para a sociedade (Tsui, 2016). É, portanto, socialmente engajada, no sentido de focar no impacto societal da pesquisa para além da publicação e do

consumo no âmbito acadêmico, influenciando também nas formas de “apropriação e utilização do conhecimento pela sociedade” (Wood Jr., Costa, Lima & Guimarães, 2016, p. 24). Para fins do nosso argumento, o engajamento social da pesquisa foi traduzido aqui em termos de intenção e intervenção por parte dos programas de pós-graduação. Enquanto o primeiro se refere à preferência por determinados objetos ou fenômenos para os quais são concentrados esforços e recursos de pesquisa, a intervenção diz respeito às ações orientadas para mudança da realidade social.

Dito isso, ações de intervenção pelos programas de pós-graduação, segundo aspecto associado ao engajamento social, podem manifestar-se de formas variadas quanto à sua relevância e suas limitações (Lazzarini, 2017; Lima & Wood Jr., 2014; Wood Jr. et al. 2016). No âmbito do sistema nacional de avaliação da pós-graduação, tais ações tendem a ser interpretadas a partir dos modos de inserção social dos programas, abrangendo iniciativas e respectivos efeitos sobre a formação de pessoal qualificado, a repercussão da pesquisa em audiências externas à ciência e a conversão do conhecimento em tecnologias. Em termos gerais, comportam uma dimensão relacional com outras esferas da sociedade (Ozanne et al., 2017).

Recentemente, outro tipo de iniciativa de engajamento se tem concretizado na forma de protocolos institucionais, manifestos e redes de colaboração orientados para reposicionar a avaliação de impacto da pesquisa para além do âmbito acadêmico, a exemplo do Manifesto de Laiden (Hicks, Wouters, Waltman, Rijcke, & Rafols, 2015), do relatório *The Metric Tide* (Wilsdon, et al., 2015) ou da Declaração de São Francisco sobre a Avaliação da Pesquisa, conhecida como DORA (ASCB, 2013). Nessa toada, editorial da RAE (vide Tonelli & Zambaldi, 2018) registrou esse movimento citando a iniciativa *Responsible Research in Business Management Network* (RRBM Network), que reúne diferentes entidades em torno de princípios orientados para a defesa do valor societal da pesquisa e das escolas de negócios, face à potencial crise de legitimidade que se forma a partir de críticas acumuladas sobre qualidade, integridade e descolamento do mundo real da pesquisa (RRBM Network, 2017).

No que toca ao primeiro ponto do engajamento social, a intenção da pesquisa, a produção científica no Brasil sobre o tema da desigualdade na área de Administração é bastante reduzida. Alguns números são ilustrativos. Do universo de pouco mais de 39 mil teses e dissertações defendidas na área de área de conhecimento da Administração presentes no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, 200, continham o termo desigualdade no título ou resumo do trabalho. Na base Spell, entre os 44,5 mil catalogados, foram identificados apenas 43 trabalhos com o termo desigualdade no título. Nos eventos da Anpad, foram

23 trabalhos desde 1999 e, no SciELO Citation Index Brasil, 26 foram os artigos encontrados, sendo 15 no período 2013-2017. Por fim, entre os mais de 1.600 grupos de pesquisa válidos na plataforma do CNPq, apenas 10 estão ativos e certificados contendo desigualdade como termo usado para descrever o nome do grupo, a linha ou palavra-chave da linha de pesquisa do grupo.

Ainda que este levantamento tenha deixado de lado trabalhos sobre o tema que não tenham feito uso do termo nos campos pesquisados -- ou ainda aqueles publicados em veículos e bases não analisados--, os resultados sugerem limitada atenção pela desigualdade social enquanto objeto de pesquisa na área da Administração. Provavelmente, refletem intenções pontuais de pesquisadores e grupos de pesquisa, mas não expressam interesse generalizado e estruturado na forma de linhas de pesquisa ou áreas de concentração.

Perde-se, com isso, a oportunidade de conhecer mais detidamente o fenômeno sobre o qual lançamos luz e reduz-se a capacidade de compreensão de suas interfaces teóricas com a área de Administração, em especial dos mecanismos ligados às práticas organizacionais subjacentes à sua reprodução e persistência como problema social (Amis et al. 2018; Alperstedt & Andion, 2017). Ademais, o baixo comprometimento e a baixa sensibilidade das atividades de pesquisa com a desigualdade social reduzem drasticamente o potencial impacto societal que poderia advir da área de Administração, em termos de expectativa ou constatação de influência ou benefício para a sociedade (Lima & Wood Jr, 2014).

Responsividade e integridade institucional

Até aqui, tentamos situar a questão em torno da pesquisa responsável, ou seja, da orientação para a sociedade subjacente às práticas de engajamento social de programas de pós-graduação. A partir deste ponto, apelamos para a noção de responsividade, entendendo que a questão deva ser pensada à luz de dois mecanismos de institucionalização atuantes no campo científico: formalização de regras e compromisso moral da comunidade.

Regras formais, em princípio, estabelecem parâmetros para o comportamento. Geralmente são interpretadas como expressão coercitiva da ordem regulatória por apresentarem em sua constituição assertivas que “proíbem, exigem ou autorizam alguma ação ou efeito” (Ostrom, 1990, p. 139). Entretanto, são também mecanismos de constituição das relações sociais e de influência dos modos de compreensão da realidade social (Cotterrell, 2006). Carregam, portanto, em sua formalidade,

diferentes expressões de informalidade: representam alguma substância valorativa associada aos aspectos abstratos de sua constituição; possuem abertura interpretativa; e, estão sujeitas a processos de negociação ligados à sua validade formal, adequada representação da realidade para a qual se dirige, comunicabilidade e mudança (Stinchcombe, 2001; Cotterrell, 2006).

No contexto da pós-graduação brasileira, regras e diretrizes formais expostas em portarias, resoluções e documentos específicos produzidos por diferentes entidades são abundantes. O conteúdo normativo produzido, em especial, por Capes e CNPq, destaca-se por expressar orientações, padrões e sanções associados a diferentes dimensões da atividade científica, produzindo efeito sobre o fomento à pesquisa e avaliação dos programas de pós-graduação. Por essa razão, são alvo de recorrentes debates no meio acadêmico.

É importante observar o efeito indutor produzido pelas regras, por sinalizarem condições de reconhecimento e recompensa de programas e pesquisadores. Por um lado, elas ressoam para o interior das organizações que, por vezes, incorporam estruturas próprias para assegurar o atendimento aos preceitos estabelecidos pelas regras. Não é raro encontrar dispositivos regimentais ou sistemas de incentivos em programas de pós-graduação orientados para esse fim, como ocorre com exigências ou prêmios por produção de artigos. Por outro lado, há o impacto das regras sobre o comportamento individual do pesquisador, que toma seu conteúdo e efeito sobre os programas como parâmetros para ação. A consequência desse processo pode variar quanto à aderência à substância da regra, por vezes, disfuncional (Friedman, 2016), a exemplo da lógica produtivista.

Diante disso, retomando a problemática central deste ensaio, seria factível supor que regras produzidas por agências de fomento e de avaliação são suficientes para induzir o impacto societal desejado, a exemplo da desigualdade social aqui tratada? Provavelmente não. A informalidade, subjacente às regras formais mencionadas previamente, levanta ao menos uma condição necessária para que seu enunciado produza concretude em padrões de comportamento alinhados à sua substância: sua vinculação à ordem moral da comunidade científica (Selznick, 1992). Note-se que o que está sendo sugerido não trata das razões que levam um indivíduo a obedecer a uma regra, mas do fato de um sistema de regras manter integridade institucional na estrutura do campo científico, sendo responsivo ao exercer “o reconhecimento da legitimidade de um conjunto apropriado de clamores e interesses” (Selznick, 1992, p. 463).

A comunidade é, assim, elemento relevante. Logo, sendo o engajamento social vinculado à desigualdade social parte

do compromisso moral da comunidade científica, é esperado que as organizações envolvidas sejam tratadas como agentes morais, infundidas de valor – ou seja, participantes responsáveis e responsivas da ordem moral (Selznick, 1992). Em oposição, na ausência de valor subjacente que vincule a desigualdade social ao engajamento social das organizações, maior será a probabilidade de verificar respostas instrumentais às regras que recomendem o impacto. Nesse sentido, menos institucionalizadas serão as organizações envolvidas e menor a integridade institucional para sustentar a mudança social.

Em síntese, a formalização de regras é, em tese, mecanismo indutor de comportamento; mas a capacidade de indução das regras é maior se houver sustentação em aspectos da ordem moral da comunidade científica; assim, a infusão de princípios de ordem moral, oriundos da comunidade científica, nas regras indutoras de impacto societal e nas ações de engajamento social são condições para a integridade institucional; ao lado disso, a responsividade da ciência para com a desigualdade social depende das condições de manutenção da integridade institucional das regras e organizações do campo científico (p. ex. programas de pós-graduação, agentes de fomento e avaliação e outros).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste ensaio, procuramos discutir o impacto societal da pesquisa científica no âmbito da área de Administração em relação ao problema da desigualdade social. Recorremos à noção de responsabilidade científica na tentativa de explorar a questão do engajamento social dos programas de pós-graduação. Em complemento, propusemos atenção à responsividade e, de modo consequente, à integridade institucional, demarcando olhar sobre as regras formais e a sensibilidade relacionada a aspectos socialmente valorizados no âmbito da comunidade científica. Entendemos que deva haver certa cumplicidade entre esses dois níveis, organizacional e institucional, para potencializar o efetivo compromisso da pesquisa com problemas sociais, como é o caso da desigualdade social.

É importante registrar que marginalizar o fenômeno da desigualdade social no campo científico, tanto quanto outros problemas sociais relevantes, pode ser tão danoso quanto o problema em si, pois retira legitimidade e reconhecimento público de sua importância como objeto de análise, além de expressar descolamento com interesses implícitos e manifestos da área de Administração (difícil crer que isso não nos aproximaria do posicionamento de negação do objeto, dos mecanismos e dos

constituintes). Entretanto, iniciativas de engajamento social, de formalização nos processos institucionais de avaliação e reconhecimento e de produção de pesquisa interessada pelo tema, apesar de incipientes, vêm ganhando relevância no debate acadêmico. O presente espaço, aberto pela RAE para tratar da questão, está entre as iniciativas que contribuem para a gradual infusão de valor substantivo à pesquisa na área.

Para finalizar, citamos Lamont, para quem “pesquisadores precisam dar a devida atenção às fronteiras que moldam nossas sociedades (...) focando particularmente em influenciar como as pessoas interpretam sua realidade a partir de pesquisas empíricas das quais podemos nos orgulhar” (2018, p. 436). Assim sendo, defendemos que a adequada (manutenção da) relação entre responsabilidade e responsividade científica favorece tanto iniciativas de impacto societal, como, e principalmente, condições para o impacto societal.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece a Samir Adamoglu de Oliveira e Bruno Batista de Carvalho Luz pelas críticas e sugestões realizadas em versões preliminares deste artigo.

REFERÊNCIAS

- Allen, D. G. (2018). *Rethinking Impact*. *Journal of Management*, 44(7), 2507-2510. doi:10.1177/0149206318785902
- Almeida, J. F. (1984). *Temas e conceitos nas teorias da estratificação social*. *Análise Social*, 20(81-82), 167-190.
- Alperstedt, G. D., & Andion, C. (2017). *Por uma pesquisa que faça sentido*. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 57(6), 626-631. doi:10.1590/S0034-759020170609
- American Society for Cell Biology. (2012). San Francisco declaration on research assessment. Recuperado de <https://sfdora.org/read/>
- Amis, J. M., Munir, K. A., Lawrence, T. B., Hirsch, P., & McGahan, A. (2018). *Inequality, institutions and organizations*. *Organization Studies*, 39(9), 1131-1152. doi:10.1177/0170840618792596
- Bornmann, L. (2012). *Measuring the societal impact of research*. *EMBO reports*, 13(8), 673-676. doi:10.1038/embor.2012.99
- Brewer, J. D. (2011). *The impact of impact*. *Research Evaluation*, 20(3), 255-256. doi:10.3152/095820211X12941371876869
- Cotterrell, R. (2006). *Law, culture and society: Legal ideas in the mirror of social theory*. Aldershot, UK: Ashgate.
- Crotty, D. (2018). *Measuring Societal Impact or, Meet the New Metric, Same as the Old Metric*. [online] The Scholarly Kitchen. Recuperado de <https://scholarlykitchen.sspnet.org/2018/08/02/societal-impact-meet-new-metric-old-metric/>

Edson Ronaldo Guarido Filho

- Dantas, F. (2004). Responsabilidade social e pós-graduação no Brasil: Idéias para (avali)ação. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 1(2), 160-172.
- Dodd, N., Lamont, M., & Savage, M. (2017). Introduction to BJS special issue. *The British Journal of Sociology*, 68(S1), S3-S10. doi:10.1111/1468-4446.12326
- Donovan, C. (2011). State of the art in assessing research impact: Introduction to a special issue. *Research Evaluation*, 20(3), 175-179. doi:10.3152/095820211X13118583635918
- Eisenstadt, S. N. (1995). *Power, trust, and meaning: Essays in sociological theory and analysis*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.
- Friedman, L. M. (2016). *Impact: How law affects behavior*. Cambridge, UK: Harvard University Press.
- Grant J., Brutscher, P.-B., Kirk, S. E., Butler, I., & Wooding, S. (2010). *Capturing research impacts: A review of international practice*. Santa Monica, CA: RAND.
- Guellati, Y., Monteiro, C. D., & Oliveira Júnior, A. (2017). O Brasil em 2035: Tendências e incertezas para a área social. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Texto para Discussão, 2348. Rio de Janeiro, RJ: IPEA.
- Hansson, S. O. (2017). Science denial as a form of pseudoscience. *Studies in History and Philosophy of Science*, 63, 39-47. doi:10.1016/j.shpsa.2017.05.002
- Hicks, D., Wouters, P., Waltman, L., Rijke, S., & Rafols, I. (2015). The Leiden Manifesto for research metrics. *Nature*, 520(7548), 429-431. doi:10.1038/520429a
- Hill, S. (2016). Assessing (for) impact: Future assessment of the societal impact of research. *Palgrave Communications*, 2, 16073. doi:10.1057/palcomms.2016.73
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua*. Recuperado de < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e> >
- Lamont, M. (2018). Addressing recognition gaps: Destigmatization and the reduction of inequality. *American Sociological Review*, 83(3), 419-444. doi:10.1177/0003122418773775
- Lazzarini, S. (2017). Pesquisa em Administração: Em busca de impacto social e outros impactos. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 57(6), 620-625. doi:10.1590/s0034-759020170608
- Lima, G. M. R., & Wood Jr., T. (2014). The social impact of research in business and public administration. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 54(4), 458-463. doi:10.1590/S0034-759020140410
- Marens, R. (2018). Laying the foundation: Preparing the field of business and society for investigating the relationship between business and inequality. *Business & Society*, 57(6), 1252-1285. doi:10.1177/0007650316679990
- Medeiros, M., Souza, P. H. G. F., & Castro, F. A. (2015). A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: Estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(4), 971-986.
- Morgan, M. (2017). Extreme and persistent inequality: New evidence for Brazil Combining National accounts, surveys and fiscal data, 2001-2015. *World Inequality Database (WID.org) Working Paper Series*, 12, 1-50.
- Nightingale, P., & Scott, A. (2007). Peer review and the relevance gap: Ten suggestions for policy-makers. *Science and Public Policy*, 34(8), 543-553. doi:10.3152/030234207X254396
- Oliveira Junior, M. D. M. (2018). O futuro dos programas de pós-graduação em Administração: Novas escolhas e novos caminhos. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 58(1), 87-90. doi:10.1590/S0034-759020180107
- Ostrom, E. (1990). *Governing the commons*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Ozanne, J. L., Davis, B., Murray, J. B., Grier, S., Benmecheddal, A., Downey, H. ... Veer, E. (2017). Assessing the societal impact of research: The relational engagement approach. *Journal of Public Policy & Marketing*, 36(1), 1-14. doi:10.1509/jppm.14.121
- Queiroz, C. (2018). Olhar pioneiro sobre a desigualdade social. Entrevista com Elisa Pereira Reis. *Pesquisa Fapesp*. Recuperado de <http://revistapesquisa.fapesp.br>
- Reis, E. P. (2000). Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(42), 143-152. doi:10.1590/S0102-6909200000100010
- Responsible Research for Business and Management Network (2017). *A vision of responsible research in business and management: Striving for useful and credible knowledge*. Position Paper, RRBM.
- Selznick, P. (1992). *The moral commonwealth: Social theory and the promise of community*. London, UK: University of California Press.
- Souza, J. (2004). A gramática social da desigualdade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(54), 79-96. doi:10.1590/S0102-69092004000100005
- Souza, J. (2015). *A tolice da inteligência brasileira: Ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo, SP: LeYa.
- Souza, P. H. G. F. (2016). A desigualdade vista do topo: A concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, Brasília.
- Specter, M. (2009). *Denialism: How irrational thinking harms the Planet and threatens our lives*. New York, NY: Penguin.
- Stinchcombe, A. L. (2001). *When formality works: Authority and abstraction in law and organizations*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Tonelli, M. J., & Zambaldi, F. (2018). Ciência responsável e impacto social da pesquisa em Administração. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 58(3), 215-216. doi:10.1590/S0034-759020180301
- Tsui, A. (2016). Reflections on the so-called value-free ideal: A call for responsible science in the business schools. *Cross Cultural & Strategic Management*, 23(1), 4-28. doi:10.1108/CCSM-08-2015-0101
- Wilsdon, J., Allen, L., Belfiore, E., Campbell, P., Curry, S., Hill, S. ... Johnson, B. (2015). *The Metric Tide*. Report of the Independent Review of the Role of Metrics in Research Assessment and Management. Recuperado de http://blogs.lse.ac.uk/impactofsciences/files/2015/07/2015_metrictide.pdf
- Wood Jr, T., Costa, C. C. M., Lima, G. D. M. R., & Guimarães, R. C. (2016). Impacto social: Estudo sobre programas brasileiros selecionados de pós-graduação em administração de empresas. *RAC-Revista de Administração Contemporânea*, 20(1), 21-40. doi:10.1590/1982-7849rac20161842